



MARINHA DO BRASIL
POLICLÍNICA NAVAL DE MANAUS
(Processo Administrativo nº 63482000973202631)
TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

1 . CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de reagentes laboratoriais com cessão de uso de equipamentos de Hematologia, Coagulograma, Bioquímica e Dosagem Hormonal em regime de comodato, com manutenção preventiva e corretiva, para atender às necessidades da Seção de Laboratório da Policlínica Naval de Manaus (PNMa), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM 1: REAGENTES PARA EQUIPAMENTO DE HEMOGRAMA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UF	CATMAT	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	REAGENTE PARA HEMOGRAMA COMPLETO COM NO MÍNIMO 23 PARÂMETROS. COMPONENTES ADICIONAIS: HEMOLISANTES, DILUENTES, CALIBRADORES, CONTROLES, OUTROS COMPONENTES: SOLUÇÕES DE LIMPEZA (KIT COM MÍNIMO DE 300 TESTES).	TT	399552	15000	R\$ 7,17	R\$ 107.550,00
TOTAL (EQUIPAMENTO HEMOGRAMA)						R\$ 107.550,00
GRUPO 01: REAGENTES PARA EQUIPAMENTO DE COAGULOGRAMA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UF	CATMAT	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO: CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE: TEMPO DE ATIVIDADE DE PROTROMBINA, MÉTODO: AGLUTINAÇÃO, APRESENTAÇÃO: TESTE.	TT	442196	2000	R\$ 6,33	R\$ 12.660,00
3	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, TIPO: CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, TIPO DE ANÁLISE: TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA, MÉTODO: AGLUTINAÇÃO.	TT	442195	2000	R\$ 3,46	R\$ 6.920,00
TOTAL (EQUIPAMENTO COAGULOGRAMA)						R\$ 19.580,00
GRUPO 02 - REAGENTES PARA EQUIPAMENTO DE BIOQUÍMICA						

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	CATMAT	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	ÁCIDO ÚRICO.	TT	331748	3500	R\$ 2,68	R\$ 9.380,00
5	ALBUMINA.	TT	331742	1000	R\$ 4,01	R\$ 4.010,00
6	AMILASE.	TT	331734	1000	R\$ 2,34	R\$ 2.340,00
7	BILIRRUBINA DIRETA.	TT	336253	1500	R\$ 2,94	R\$ 4.410,00
8	BILIRRUBINA TOTAL.	TT	336250	1500	R\$ 2,91	R\$ 4.365,00
9	CÁLCIO.	TT	331741	2500	R\$ 2,96	R\$ 7.400,00
10	CK TOTAL.	TT	334471	500	R\$ 1,98	R\$ 990,00
11	CKMB.	TT	333336	300	R\$ 4,29	R\$ 1.287,00
12	COLORO.	TT	331743	700	R\$ 1,00	R\$ 700,00
13	COLESTEROL TOTAL.	TT	331732	5000	R\$ 1,38	R\$ 6.900,00
14	CREATININA.	TT	333335	7500	R\$ 1,49	R\$ 11.175,00
15	FERRO.	TT	331739	1000	R\$ 1,84	R\$ 1.840,00
16	FOSFATASE ALCALINA	TT	331735	1500	R\$ 3,18	R\$ 4.770,00
17	FÓSFORO.	TT	331740	400	R\$ 2,69	R\$ 1.076,00
18	GGT.	TT	331737	1500	R\$ 2,81	R\$ 4.215,00
19	GLICOSE.	TT	331408	7500	R\$ 1,56	R\$ 11.700,00
20	HEMOGLOBINA GLICADA.	TT	357736	1500	R\$ 9,82	R\$ 14.730,00
21	HDL COLESTEROL.	TT	331754	4500	R\$ 5,03	R\$ 22.635,00
22	POTÁSSIO.	TT	334490	2000	R\$ 1,60	R\$ 3.200,00
23	LDH (LACTATO DESIDROGENASE).	TT	416748	300	R\$ 2,38	R\$ 714,00
24	LIPASE.	TT	331744	300	R\$ 3,50	R\$ 1.050,00
25	MAGNÉSIO.	TT	331738	900	R\$ 3,67	R\$ 3.303,00
26	SÓDIO.	TT	331751	1800	R\$ 1,16	R\$ 2.088,00
27	PROTEÍNA C REATIVA ULTRASENSÍVEL.	TT	380524	1500	R\$ 4,96	R\$ 7.440,00
28	PROTEÍNAS TOTAIS.	TT	350233	600	R\$ 2,53	R\$ 1.518,00
29	TGO/AST.	TT	331746	7500	R\$ 2,33	R\$ 17.475,00
30	TGP/ALT.	TT	331747	7500	R\$ 2,90	R\$ 21.750,00
31	TRIGLICERÍDEOS.	TT	331733	4500	R\$ 2,40	R\$ 10.800,00
32	UREIA.	TT	331749	7000	R\$ 2,72	R\$ 19.040,00
TOTAL (EQUIPAMENTO DE BIOQUÍMICA)						R\$ 202.301,00
GRUPO 03 - REAGENTES PARA EQUIPAMENTO DE DOSAGEM HORMONAL						
ITEM	DESCRIÇÃO	UF	CATMAT	QTD	VALOR	VALOR TOTAL

				TOTAL	UNITÁRIO	
33	ÁCIDO FÓLICO (FOLATO)	TT	357104	319	R\$ 10,17	R\$ 3.244,23
34	ANTI-TIREOGLOBULINA	TT	340723	50	R\$ 12,57	R\$ 628,50
35	ANTITIREOPEROXIDASE (TPO)	TT	442236	2500	R\$ 11,54	R\$ 28.850,00
36	BHCG QUANTITATIVO	TT	357109	500	R\$ 6,54	R\$ 3.270,00
37	CORTISOL	TT	351141	200	R\$ 6,91	R\$ 1.382,00
38	ESTRADIOL	TT	340713	700	R\$ 6,81	R\$ 4.767,00
39	FERRITINA	TT	340708	4000	R\$ 8,83	R\$ 35.320,00
40	FSH	TT	340711	1000	R\$ 9,49	R\$ 9.490,00
41	INSULINA	TT	340706	400	R\$ 14,80	R\$ 5.920,00
42	LH	TT	340710	900	R\$ 8,73	R\$ 7.857,00
43	PROGESTERONA	TT	350506	400	R\$ 7,19	R\$ 2.876,00
44	PROLACTINA	TT	340707	400	R\$ 8,81	R\$ 3.524,00
45	PSA TOTAL	TT	340716	700	R\$ 8,35	R\$ 5.845,00
46	PSA LIVRE	TT	340715	700	R\$ 9,62	R\$ 6.734,00
47	DEHIDROEPIANDROSTERONA SULFATO - SDHEA	TT	441860	200	R\$ 15,04	R\$ 3.008,00
48	SHBG - GLOBULINA LIGADORA DE HORMÔNIOS SEXUAIS	TT	350622	200	R\$ 20,27	R\$ 4.054,00
49	TESTOSTERONA TOTAL	TT	340714	1300	R\$ 9,71	R\$ 12.623,00
50	TSH	TT	340709	7000	R\$ 5,63	R\$ 39.410,00
51	T3 TOTAL	TT	356507	400	R\$ 8,02	R\$ 3.208,00
52	T3 LIVRE	TT	442125	100	R\$ 5,57	R\$ 557,00
53	T4 TOTAL	TT	350502	200	R\$ 5,84	R\$ 1.168,00
54	T4 LIVRE	TT	340722	7000	R\$ 6,14	R\$ 42.980,00
55	25 HIDROXI VITAMINA D	TT	400466	6000	R\$ 14,05	R\$ 84.300,00
56	VITAMINA B 12 (CIANOCOBALAMINA)	TT	349473	4000	R\$ 10,56	R\$ 42.240,00
57	CA 125	TT	389758	100	R\$ 14,77	R\$ 1.477,00
58	CA 15.3	TT	360109	100	R\$ 11,43	R\$ 1.143,00
59	CA19,9	TT	382633	100	R\$ 15,80	R\$ 1.580,00
60	CEA-ANTIGENO CARCINOEMBRIOGÊNICO	TT	392009	200	R\$ 17,40	R\$ 3.480,00
61	CITOMEGALOVÍRUS IGM	TT	356309	350	R\$ 12,09	R\$ 4.231,50
62	CITOMEGALOVÍRUS IGG	TT	356308	350	R\$ 13,54	R\$ 4.739,00
63	HBSAG	TT	428276	2100	R\$ 6,43	R\$ 13.503,00
64	HVA IGM	TT	352403	200	R\$ 14,72	R\$ 2.944,00

65	HVA TOTAL OU IGG	TT	360364	200	R\$ 16,19	R\$ 3.238,00
66	HIV I E II	TT	436931	100	R\$ 9,96	R\$ 996,00
67	HCV	TT	352207	200	R\$ 18,30	R\$ 3.660,00
68	ANTI - HBS	TT	400448	2100	R\$ 12,39	R\$ 26.019,00
69	RUBEOLA IGG	TT	339049	300	R\$ 13,54	R\$ 4.062,00
70	RUBEOLA IGM	TT	339050	300	R\$ 15,69	R\$ 4.707,00
71	TOXOPLASMOSE IGM	TT	356313	500	R\$ 13,52	R\$ 6.760,00
72	TOXOPLASMOSE IGG	TT	356312	500	R\$ 13,88	R\$ 6.940,00
73	PARATORMÔNIO	TT	349474	300	R\$ 11,97	R\$ 3.591,00
74	HBC IGM	TT	352404	100	R\$ 14,42	R\$ 1.442,00
75	HBC TOTAL	TT	400314	100	R\$ 11,50	R\$ 1.150,00
TOTAL (EQUIPAMENTO DE DOSAGEM HORMONAL)						R\$ 448.918,23
VALOR TOTAL						R\$ 778.349,23

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preços (ARP), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que a demanda por reagentes para exames faz parte da rotina normal de funcionamento da PNMa, e é uma demanda prolongada ou permanente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 . A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 . REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 . Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2 . A contratação também requer que a fornecedora exerça práticas de sustentabilidade previstas no Termo de Referência (TR), conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União, de agosto de 2021, entre os quais atenda aos seguintes requisitos:

4.2.1 . Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária - Consolidado, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II, disponíveis em <http://www.inmetro.gov.br/legislacao>. (Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC Anvisa nº 27, de 2011 ou substitutiva. Para os equipamentos que se enquadram, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir afixado no equipamento);

4.2.2 . É vedada a aquisição, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal, como, por exemplo, as seguintes listadas: CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e tricloroetano, São exceções à vedação os produtos ou equipamentos considerados de usos essenciais, como medicamentos e equipamentos de uso médico e hospitalar;

4.2.3 . RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, da ANVISA (Dispõe sobre os procedimentos administrativos para concessão da Certificação de Boas Práticas de Fabricação e da Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem); e

4.2.4 . RDC nº 81, de 5 de novembro de 2008, da ANVISA (Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Bens e Produtos Importados para fins de Vigilância Sanitária.

Indicação de marcas ou modelos

4.3 . Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas ou modelos.

Da exigência de amostra

4.4 . Na presente contratação, não se aplica a exigência de amostra

Da exigência de carta de solidariedade

4.5 . Na presente contratação, Não será exigida carta de solidariedade.

Subcontratação

4.6 . Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7 . Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

1. Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.8 . Na presente licitação, **não será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto** para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.8.1 . No presente processo licitatório, cujo objeto é a aquisição de reagentes destinados à realização de exames laboratoriais, a não aplicação de cota para ME/EPP se justifica pela **necessidade de padronização dos insumos**. Os reagentes a serem adquiridos são técnica e operacionalmente interdependentes, sendo necessários para a realização de exames em equipamentos específicos, cuja compatibilidade e uniformidade de resultados exigem fornecimento padronizado. A fragmentação do objeto comprometeria a integridade técnica dos exames, podendo afetar diretamente a confiabilidade dos resultados laboratoriais e a continuidade dos serviços prestados.

4.8.2 . Dessa forma, considerando as características técnicas do objeto, a necessidade de padronização dos reagentes e a compatibilidade com os equipamentos existentes, conclui-se que não é possível aplicar a reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte neste certame, a fim de garantir a segurança, a uniformidade e a eficiência dos serviços laboratoriais prestados à população.

Margem de Preferência:

4.9 . O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência adicional de 10%, prevista no Decreto n.º 11.890 conforme disposto na Resolução n.º 4 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

5 . MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 . O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento da Nota de Empenho (NE) emitida pelo CeIMMA e acompanhado da Ordem de fornecimento em remessa única ou parcelada.

5.2 . Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 07 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 . **Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:** Policlínica Naval de Manaus (PNMa) – Rua Rio Itaquai s/nº – Vila Buriti – Manaus – AM – CEP 69.072-080. Telefone (92) 2123-4666.

5.4 . O horário de entrega dos itens deverá ser **agendado formalmente** com o Gestor de Execução do Contrato, obedecendo ao limite das **09:00 às 11:00 horas** e das **13:30 às 15:30 horas de Segunda a Sexta-feira, exceto feriados e dias de rotina de domingo**, sob pena de não recebimento dos mesmos em outros horários.

5.5 . A entrega do material deverá estar acompanhada da Nota Fiscal e da Nota de Empenho estando as informações dos dois documentos em conformidade, e seu recebimento exige o cumprimento do solicitado nos descritivos dos itens pela Contratante e da aceitação do fornecimento por parte da Contratada. Quaisquer dúvidas e/ou esclarecimentos que se façam necessários deverão ser efetuados única e exclusivamente por meio do Gestor de Execução do Contrato do objeto deste TR, nomeado por meio de Portaria ou Ordem de Serviço pelo Ordenador de Despesas (OD) da Organização Militar solicitante.

5.6 . No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses. do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.7 . O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.8 . A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.9 . A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.10 . Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.11 . As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.12 . Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.13 . O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.14 . Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provi-

sório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.15 . Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.16 . O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.17 . A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual

6 . MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 . O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 . Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 . As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 . O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 . Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 . A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7 . O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8 . O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9 . Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10 . O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11 . No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12 . O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13 . O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14 . Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15 . A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16 . Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1 . coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2 . acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.16.3 . acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4 . emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 . tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6 . elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 . enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 . INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 . Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 . Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 . Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 . Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 . Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 . Multa:

7.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

7.2.4.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.3 . A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4 . Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5 . Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6 . Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7 . A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8 . A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 . Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 . Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9 . Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 . a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 . as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 . as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 . os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 . a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10 . Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11 . A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12 . O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13 . As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14 . Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou

de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8 . CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1 . Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2 . Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 . O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4 . Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5 . O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6 . No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7 . O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8 . O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9 . As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10 . Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11 . O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12 . Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1 . o prazo de validade;
- 8.12.2 . a data da emissão;
- 8.12.3 . os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4 . o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5 . o valor a pagar; e
- 8.12.6 . eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13 . Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14 . A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15 . A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 . verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2 . identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16 . Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17 . Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18 . Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19 . Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20 . O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21 . No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22 . O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23 . Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24 . Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25 . Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26 . O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27 . A presente contratação não será permitido a antecipação de pagamento.

Cessão de Crédito

8.28 . As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1 . A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2 . Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3 . O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao

direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4 . A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29 . O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.30 . Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 16/04/2026.

8.31 . Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA - IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.32 . Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33 . No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.34 . Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.35 . Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36 . Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37 . O reajuste será realizado por apostilamento.

9 . FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 . O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **ME-NOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

9.2 . O fornecimento do objeto será continuado.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3 . Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

1.1.1 *Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital deste Termo de Referência.*

Exigências de habilitação

9.4 . Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5 . pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6 . empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7 . Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8 . sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 . sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10 . sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11 . filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12 . sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13 . Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14 . Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15 . Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16 . Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17 . Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18 . Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19 . Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20 . Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21 . O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22 . certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23 . certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24 . balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{array}{lcl} & \text{Ativo Circulante + Realizável a} & \\ & \text{Longo Prazo} & \\ \text{LG} = & \frac{\quad}{\quad} & \\ & \text{Passivo Circulante + Passivo Não} & \\ & \text{Circulante} & \\ & \text{Ativo Total} & \\ \text{SG} = & \frac{\quad}{\quad} & \\ & \text{Passivo Circulante + Passivo Não} & \\ & \text{Circulante} & \end{array}$$

$$LC = \frac{\begin{array}{c} \text{Ativo} \\ \text{Circulante} \end{array}}{\begin{array}{c} \text{Passivo} \\ \text{Circulante} \end{array}}$$

9.25 . Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação*.

9.26 . Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27 . Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28 . Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29 . As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29.1 . O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.30 . Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.31 . Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1 . Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1 Itens similares aos itens constantes da proposta apresentada (itens do ramo da atividade), com comprovação de venda de no mínimo 20% da quantidade estimada do item, de forma única ou somatória. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

Disposições gerais sobre habilitação

9.32 . Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33 . Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34 . Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35 . Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36 . Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10 . ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 . O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 778.349,23 (Setecentos e Setenta e Oito mil Trezentos e Quarenta e Nove reais e Vinte e Três centavos) conforme custos unitários apostos na tabela contida acima.

10.2 . Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

10.3 . A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.4 . Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.4.1 . em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 . em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4.3 . serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

11 . ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 . As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2 . A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) *Gestão/unidade*: 788701;
- II) *Fonte de recursos*: 1005000144;
- III) *Programa de trabalho*: 216820;
- IV) *Elemento de despesa*: 339030; e
- V) *Plano interno*: B42201002DU;

11.3 . A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12 . DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 . As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

DARLAN DIEGO SOUZA SILVA
Primeiro-Tenente (RM2-S)
Encarregado da Seção de Laboratório

LORRANE COUTO XAVIER
Primeiro-Tenente (RM2-T)
Encarregada da Seção de Licitações e Contratos

APROVADO POR:

Manaus – AM, na data de sua assinatura.

VIVIAN SCOFANO
Capitão de Fragata (Md)
Ordenador de Despesas

ANEXO II
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital **OU** *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)